

**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
PÓS-GRADUAÇÃO**

LORENA BRAVIM RINCO

**ANÁLISE DAS JURISPRUDÊNCIAS DOS PROCESSOS DE
RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA CIRURGIÕES-DENTISTAS
NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

Brasília - DF
2017

LORENA BRAVIM RINCO
ORIENTADOR: IVAN DE OLIVEIRA SILVA

RESUMO

Os processos movidos contra cirurgiões-dentistas constituem um dos temas do momento que mais afligem a classe odontológica, principalmente os relacionados à responsabilidade civil que envolvem pedidos de indenização por seus pacientes devido à insatisfação com o tratamento executado. A responsabilidade civil do cirurgião-dentista é regida pelo Código Civil (2002) e pelo Código de Defesa do Consumidor (1990) e objetiva basicamente comprovar a ocorrência de um dano, bem como a fixação de indenização (moral ou material). Os processos indenizatórios contra os cirurgiões-dentistas têm sido cada vez mais frequentes. O presente trabalho tem o objetivo de fazer um levantamento das jurisprudências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em ações impetradas por pacientes contra cirurgiões-dentistas nesta jurisdição. Métodos: Os dados foram coletados acessando o site do TJDFT no período entre 15/06/2016 a 16/08/2017. Em cada acórdão, coletaram-se informações relativas às especialidades odontológicas envolvidas nas lides, o tipo de responsabilidade civil (objetiva ou subjetiva), a obrigação (se de resultado ou de meio) e os danos (morais ou materiais) expressamente citadas nas ementas e nos relatórios. Resultados: 28 (vinte e oito) acórdãos foram analisados e entre as especialidades envolvidas, 42,86%, foi implantodontia. Em 50% foi julgado procedente danos morais e materiais e em 50% não ficou exposto se a responsabilidade civil era objetiva ou subjetiva. Conclusão: Em relação a obrigação, se de resultado ou de meio, apesar de não estar expressamente consolidado na decisão, a obrigação de meio foi citada por muitos juristas nos acórdãos. A configuração de danos materiais foi maior que os danos morais nas lides analisadas.

Cirurgião-dentista, Responsabilidade Civil, Jurisprudência

ABSTRACT

The lawsuits filed against dentists are one of the issues that most afflict the dentistry class, especially those related to civil liability that involve claims for compensation for their patients due to dissatisfaction with the treatment performed. The civil liability of the dental surgeon is governed by the Civil Code (2002) and by the Consumer Protection Code (1990) and aims basically to prove the occurrence of an injury, as well as the fixing of compensation (moral or material). Indemnity proceedings against dentists have been increasingly frequent. The present work has the objective to make a survey of the jurisprudence of the Court of the Federal District and Territories (TJDFT) in actions filed by patients against dentists in this jurisdiction. Methods: The data were collected by accessing the TJDFT website in the period between 06/15/2016 to 08/16/2017. In each judgment, information was collected on the dental specialties involved in the proceedings, the type of civil liability (objective or subjective), the obligation (whether of result or means) and the damages (moral or material) expressly cited in the menus and reports. Results: 28 (twenty-eight) judgments were analyzed and among the specialties involved, 42.86%, was implantodontia. In 50% moral and material damages were judged and in 50% it was not expressed if the civil liability was objective or subjective. Conclusion: Regarding the obligation, whether of result or of means, although not expressly consolidated in the decision, the obligation of means was quoted by many jurists in the judgments. The material damage configuration was greater than the moral damages in the analyzed cases.

Dentist, Civil Liability, Jurisprudence

INTRODUÇÃO

Os processos movidos contra cirurgiões-dentistas constituem um dos temas do momento que mais afligem a classe odontológica, principalmente os relacionados à responsabilidade civil que envolvem pedidos de indenização por seus pacientes devido à insatisfação com o tratamento executado (WANDERLEY E LIMA et al., 2012). Essas ações se fundamentam principalmente no tipo de obrigação assumida pelos profissionais, na falta de documentação ou até mesmo na falha de comunicação profissional-paciente (GARBIN et al., 2009).

A responsabilidade civil profissional é definida como o dever de reparar o dano causado à outra pessoa, dano este provocado por um ato ilícito ou pela falta de observação das normas que regem a vida em sociedade. A responsabilidade civil do cirurgião-dentista é regida pelo Código Civil (2002) e pelo Código de Defesa do Consumidor (1990) e é caracterizada pela necessidade jurídica e social que todo profissional adquire, perante as autoridades competentes, com os ônus decorrentes de danos ocasionados voluntária ou involuntariamente no exercício de sua profissão (DE MEDEIROS; COLTRI, 2014).

A ação de responsabilidade civil objetiva basicamente comprovar a ocorrência de um dano, bem como a fixação, pela autoridade julgadora, de uma determinada quantia pecuniária indenizatória, com a finalidade de gerar uma reparação do dano ocasionado, seja ele material, físico ou moral. (FIGUEIRA JÚNIO; TRINDADE, 2010).

Os processos indenizatórios contra os cirurgiões-dentistas têm sido cada vez mais frequentes e essa crescente se deve à quantidade e à qualidade da informação que chega hoje à população de uma maneira geral, além do acesso mais facilitado à justiça (DE MEDEIROS; COLTRI, 2014). Estudo realizado por De Paula (2007) e Wanderlei e Lima et al. (2012) em âmbito nacional, demonstrou um aumento considerável das jurisprudências envolvendo cirurgiões-dentistas. No entanto, poucos levantamentos recentes foram realizados para identificar as especialidades mais envolvidas nas lides judiciais, bem como avaliar os acórdãos e as jurisprudências.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem o objetivo de fazer um levantamento das jurisprudências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ações impetradas por pacientes contra cirurgiões-dentistas nesta jurisdição. Especificamente, objetiva-se analisar as especialidades envolvidas, o tipo de responsabilidade civil, o tipo de obrigação e de danos encontrados nos acórdãos.

MÉTODO

Trata-se de um estudo indutivo em que os dados foram analisados pelo método analítico-descritivo.

Os dados foram coletados acessando o site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) *home page* <http://www.tjdft.jus.br> no período entre 15/06/2016 a 16/08/2017. No campo de pesquisa de jurisprudência, os termos utilizados foram aqueles relacionados à odontologia. Quadro 1.

Os acórdãos analisados foram apenas relacionados à responsabilidade civil em processos entre pacientes/clientes e clínicas odontológicas e/ou cirurgiões-dentistas. Foram excluídos os acórdãos encontrados nas pesquisas relativos a plano de saúde, relações trabalhistas, concursos públicos e outros.

Analisaram-se as ementas e os relatórios dos acórdãos e os dados foram tabulados no programa *Microsoft Excel*. Em cada acórdão, coletaram-se informações relativas às especialidades odontológicas envolvidas nas lides, o tipo de responsabilidade civil (objetiva ou subjetiva), a obrigação (se de resultado ou de meio) e os danos (morais ou materiais). Quando não informado expressamente a especialidade, o tipo de responsabilidade, o tipo de obrigação e os danos, considerou-se como não identificado.

Quadro 1: Termos utilizados para pesquisa das jurisprudências.

TERMOS
Dentário
Dentista
Odontólogo
Dentária
Dente
Odontologia
Odontológica
Odontólogo
Odontologista
Odontóloga

RESULTADOS

28 (vinte e oito) acórdãos foram analisados. Dentre as especialidades envolvidas, 42,86% eram implantodontia, 10,72% endodontia, 7,14% prótese, 7,14% ortodontia e 32,14% indeterminado (Tabela 1).

Dentre os tipos de responsabilidade civil analisados nos acórdãos, 3 (três) foram apenas do tipo subjetiva, 7 (sete) do tipo objetiva, 4 (quatro) tanto subjetiva quanto objetiva e 14 (quatorze) indeterminados (Tabela 2).

Em 5 (cinco) acórdãos configurou-se danos morais, 6 (seis) danos materiais, 14 (quatorze) tanto danos morais quanto materiais e 3 (três) indeterminados (Tabela 2).

Quanto ao tipo de obrigação, 4 (quatro) acórdãos foram expressos como de resultado, nenhum foi configurado como de obrigação de meio e 24 (quinze) casos foram indeterminados (Tabela 2).

Tabela 1: Quantidade (N) e Porcentagem de especialidades

Especialidade	N acórdãos	%
Implantodontia	12	42,86
Endodontia	3	10,72
Prótese	2	7,14
Ortodontia	2	7,14
Indeterminado	9	32,14
Total	28	100

Tabela 2: Quantitativos numéricos e percentuais do tipo de responsabilidade, tipo de dano e tipo de obrigação encontrados nas jurisprudências analisadas no TJDFR.

		N	%
Responsabilidade civil	Subjetiva	3	10,72
	Objetiva	7	25
	Subjetiva e objetiva	4	14,28
	Indeterminado	14	50
Danos	Morais	5	17,86
	Materiais	6	21,43
	Morais e Materiais	14	50
	Indeterminado	3	10,71
Obrigação	Resultado	4	14,29
	Meio	0	0
	Indefinido	24	85,71

DISCUSSÕES

Foram analisados 28 acórdãos no período de 15/06/2016 a 16/08/2017. Proporcionalmente, observou-se que houve um aumento no número de acórdãos no TJDFR contra cirurgiões-dentistas, comparado ao levantamento realizado por Wanderlei e Lima et al. (2012), em que 41 jurisprudências foram avaliadas em aproximadamente 5 anos (de janeiro de 2006 e agosto de 2011). Em estudo realizado por Garbin et al. (2009), advogados pontuaram que os principais motivadores da procura para propor uma ação judicial foram por sentir-se enganado pelo profissional que não atendeu às suas expectativas (47,2%); apenas pelo insucesso do tratamento (29,6%); pela relação da informação inadequada entre paciente e profissional (28,2%); por outras motivações (14,1%); pela falta de confiança no profissional durante o tratamento (8,5%); por má fé, quando o paciente age com o objetivo de obter vantagem indenizatória (3,5%) (GARBIN et al., 2009).

A especialidade mais envolvida nas ações foi a implantodontia (42,86%). Em pesquisa realizada no estado de São Paulo em 2012, essa especialidade foi também a mais representativa (22%) (ROSA et al., 2012). O implante dentário envolve a reabilitação oral estética e funcional, o que gera enorme expectativa no paciente. Além disso, os valores despendidos para esses tratamentos são muito onerosos. Assim, quando há a má execução ou o resultado não é o esperado, o sentimento de lesão, tanto material quanto moral são os motivadores dessas lides.

Como o resultado do tratamento geralmente é uma expectativa do paciente, a obrigação de resultado ou de meio já foi amplamente discutida e, sobre a atividade do dentista, não ocorre uma unanimidade de opinião entre as manifestações de legisladores e juristas em ser classificada como sendo uma obrigação de resultado ou de meio. Mas a grande parte de nossos juristas entende que, ao contrário dos procedimentos do campo da medicina, para maior parte dos tratamentos odontológicos, é possível prever um resultado final. Dessa forma, tais tratamentos recaem, como regra, em obrigações de resultados, tendo o dentista, além dos deveres de empregar todo zelo necessário ao exercício de seu ofício e de utilizar os recursos de sua profissão, também, a obrigação de garantir um fim esperado pelo paciente (FIGUEIRA JÚNIO; TRINDADE, 2010).

Ademais, o trabalho de De Oliveira e Fernandes (2015) discute que a visão conservadora se perpetua nos meios jurídicos refletindo uma visão restritiva e demasiadamente tecnicista da formação do cirurgião dentista. Originalmente a atuação do cirurgião-dentista se baseava na habilidade manual e na destreza técnica. A formação do cirurgião-dentista independente da medicina, propiciou uma formação técnica ímpar do profissional brasileiro. No entanto, a atuação profissional muitas vezes se apresenta dissociada de uma atuação em saúde mais abrangente, multidisciplinar. Essa postura se reflete na percepção que a sociedade tem da odontologia, e conseqüentemente os juristas. No presente trabalho, apesar de expressamente a obrigação de resultado ter sido caracterizada em 4 (quatro) dos 28 (vinte e oito) acórdãos, esse pensamento foi diversas vezes citado como referência para os julgados.

Como exemplo, no acórdão nº 982754 (2016), o relator desembargador Alfeu Machado cita Rizzardo (2011, p. 332):

Nos procedimentos odontológicos, principalmente os de reabilitação oral, predomina a obrigação de resultado, com alto teor de fundo estético, comportando a indenização por dano material e moral sempre que deficientemente feito o trabalho, ou acarretar um processo demasiado doloroso desnecessariamente, por falta de aptidão ou competência profissional.

A profissão não está ligada a situações tão insondáveis e aleatórias como a do médico, que nem sempre permitem um diagnóstico preciso. Daí, pois, se inferir que a obrigação revela-se por essência de resultado. Com efeito, os vários procedimentos seguem uma regularidade repetitiva, envolvendo situações iguais e definidas, como a obturação de cáries e tratamento de canais, a extração de dente, a

limpeza de gengivas, a colocação de aparelho dentário corretivo, a retirada de raízes, a remoção de tártaro, o implante de próteses, a reparação, a introdução de 'jaqueta' ou pivot, a cura de abscessos ou acúmulos de pus em cavidades decorrentes de processo inflamatório, dentre outras espécies de anomalias.

O art. 14 do Código de Defesa do Consumidor dita que a responsabilidade do fornecedor de serviços será objetiva, ou seja, independente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores. Por outro lado, o §4º do mesmo artigo excepciona a regra, fazendo constar que "A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa", ou seja, nesses casos, a responsabilidade civil será subjetiva. Na maioria das vezes, as obrigações contratuais entre pacientes e profissionais liberais é de meio. No entanto, como já discutido, tratando-se de serviços odontológicos, a obrigação é de resultado. Sendo assim, de acordo com o acórdão nº. 977009 (2016), Relatora e Desembargadora Leila Arlanch:

A responsabilidade do dentista, sendo de resultado, constitui em responsabilidade subjetiva com culpa presumida, ocasião em que incumbe ao profissional o ônus da prova quanto à ausência de culpa nas modalidades de imperícia, imprudência e negligência. Com relação à responsabilidade da clínica, pessoa jurídica, essa sim tem natureza objetiva, nos termos do caput do art. 14 do CDC, o que impõe a ausência do dever de demonstrar a culpa na ocorrência do dano, bastando que se provem a conduta, o dano e nexo de causalidade entre ambos. A responsabilidade entre clínica e profissional é solidária, dependendo a responsabilidade da clínica da ocorrência de conduta culposa do profissional a ela vinculado. No entanto, a responsabilidade entre dois profissionais de clínicas diversas não é solidária, devendo ser limitado o grau de atuação culposa separadamente e a proporção indenizatória cabível para cada um, no caso de imputação do dever de indenizar (art. 265, CC).

Neste trabalho, dentre os tipos de responsabilidade civil analisados nos acórdãos, 3 (três) foram apenas do tipo subjetiva, imputada apenas ao cirurgião-dentista, 7 (sete) foram apenas imputadas à clínica, do tipo objetiva, 4 (quatro) tanto subjetiva quanto objetiva e 14 (quatorze) indeterminados.

Nesses termos, o Código Civil brasileiro, em seu art. 929, dispõe sobre o dever de indenizar: "Aquele que por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." O ato ilícito é caracterizado no art. 186 do mesmo código: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar

direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” Além disso, a saúde constitui direito da personalidade e sua lesão provoca dano moral passível de compensação pecuniária, na linha do que estatui o artigo 949 do Código Civil.

No Acórdão nº 1001731 (2017), o Desembargador Carlos Rodrigues enfatiza que “O dever de indenizar por danos morais decorre de violação de direitos da personalidade, caracterizada pela dor e sofrimento psíquico que atinjam a vítima, em especial, a sua dignidade”.

É de grande importância o conhecimento sobre a responsabilidade civil dos odontólogos e o ato de indenizar, tanto para se prevenir quanto para se defender no caso de envolvimento em processos de responsabilidade profissional (ROSA, 2012). Neste levantamento, ao contrário do encontrado no estudo de Rosa *et al.*, (2012), nos processos julgados precedentes contra cirurgiões-dentistas no Distrito Federal, os julgados por danos materiais foram maiores que os morais, quando não considerado ambos (tabela 2).

CONCLUSÕES

As lides contra os profissionais da odontologia estão cada vez mais comum. A investigação das jurisprudências proferidas pelo TJDFT revelou que entre os acórdãos analisados, a especialidade mais envolvida foi a implantodontia. Pode-se perceber um pensamento unificado entre os juristas que os serviços odontológicos, na maioria das vezes, têm a obrigação de resultado e a configuração de danos materiais foi maior que os danos morais nas lides analisadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei ordinária n. 10406 de 11 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo 2002; 2002 jan 11. Coluna 1, p. 1.
- BRASIL. Lei ordinária n. 8078 de 11 de setembro de 1990. Institui o Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União, Poder Legislativo 1990.
- CAVALIERI FILHO, S. Programa de responsabilidade civil. 2012.
- DE MEDEIROS, U. V.; COLTRI, A. R. Responsabilidade civil do cirurgião-dentista. Revista Brasileira de Odontologia, 10-6. 2014.
- DE OLIVEIRA, R. N.; FERNANDES, M. M. Responsabilidade civil do Cirurgião-Dentista: a doutrina em processos e o contraponto odontológico. REV ASSOC PAUL CIR DENT , 178-181. 2015.
- DE PAULA, F. J. Levantamento das jurisprudências de processos de responsabilidade civil contra cirurgiões dentistas nos Tribunais do Brasil por meio da internet (Tese de Doutorado). 2008.
- DE SOUZA, R. S. A jurisprudência como fonte de Direito. Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade, 39-50. (2014).
- FIGUEIRA JÚNIO, E.; TRINDADE, G. D. Responsabilidade do Cirurgião Dentista Frente ao Código de Defesa do. (12), 63. 2010.
- GARBIN, C. A., GARBIN, A. J., ROVIDA, T. A., SALIBA, M. T.; DOSSI, A. P. A responsabilidade profissional do cirurgião-dentista segundo a opinião de advogados. Revista de Odontologia da UNESP, 129-134. 2009.
- RIZZARDO, A. Responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense. 2011.
- ROSA, F. M., FERNANDES, M. M., JÚNIOR, E. D.; PARANHOS, L. R. Danos materiais e morais em processos envolvendo cirurgiões dentistas no estado de São Paulo. RFO, Passo Fundo, 26-30. 2012.
- WANDERLEY E LIMA, R. B., SANTIAGO, B. M., MOREIRA, V. G., NUNES, F. M.; RABELLO, P. M. Levantamento das Jurisprudências de Processos de Responsabilidade Civil Contra Cirurgiões Dentistas nos Tribunais de Justiça Brasileiros. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, 49-58. 2012.